



Meu diário de classe: narrativa (auto) biográfica de uma professora de estudantes transexuais e travestis na escola pública baiana

Aleí dos Santos Lima¹

UNEB (Brasil)

profdr.alei@hotmail.com

Elizeu Clementino de Souza²

UNEB (Brasil)

esclementino@uol.com.br

Resumo: Neste texto, de cunho (auto) biográfico, reflito sobre a experiência (auto) formativa de ser professora de estudantes transexuais e travestis na escola pública baiana, a partir da minha vivência no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, localizado na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz/BA. Essa vivência, à medida que me toca, me mobiliza a buscar aprofundar a investigação acerca da minha ação pedagógica diante de um cenário educacional atravessado pelos mecanismos do “sistema moderno-colonial de gênero”. A escola configura-se como um espaço marcado pela diversidade de gentes, jeitos e identidades; no entanto, por outro lado, torna-se reprodutora da padronização cisheteronormativa, cristã, racista, patriarcal, LGBTfóbica e transfóbica ao aprisionar corpos, narrativas e experiências diversas. No que concerne à invisibilidade direcionada aos/as estudantes transexuais e travestis, tomo como referência os estudos de Oliveira (2018), quando trata do apagamento e sub-representação desses sujeitos no Sistema de Ensino brasileiro. Para alcançar o objetivo proposto, adoto uma abordagem que preza pela subjetividade; sendo assim, essa pesquisa configura-se como qualitativa ao recorrer à prática de investigação/formação a partir da narrativa (auto) biográfica. Nesse sentido, considerando a perspectiva formativa da pesquisa (auto) biográfica, entendo que, ao longo da nossa vida profissional, os saberes e as formas de adquirir saber vão se modificando. Deste modo, narrar e me vê através da escrita desse diário implica perceber o quanto tenho aprendido com as experiências formativas na escola e o quanto ser professora de estudantes transexuais e travestis tem implicado uma dimensão transformadora. Os resultados deste estudo permitem afirmar que as narrativas de vida têm um potencial formativo enriquecedor. Fui afetada pela minha experiência formativa ao buscar me ver enquanto ser humano, na perspectiva individual, e enquanto ser mulher-professora. Assim, por meio da minha escrita questiono formas de pensar e agir na educação para as diferenças, ao passo que busco fazer movimentos outros que possam fomentar novas narrativas (auto) biográficas, uma vez que ser professora de estudantes transexuais e travestis, na escola pública baiana, tem sido conviver com um cotidiano complexo e, por vezes, perverso. Tenho notado que a negação das re-existências desses/as estudantes ocorre quando a escola expulsa suas existências através de práticas pedagógicas colonizadas; quando não cumpre as normativas da Resolução nº 120/2013 do Conselho Estadual de Educação, que versa sobre a política de adoção do nome social no

¹ Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), bolsista pela CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa (Auto)Biografia, Formação e História Oral (GRAFHO/UNEB).

² Doutor em Educação. Professor Adjunto da UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Coordenador do GRAFHO/PPGEduC/CNPq. E-mail: esclementino@uol.com.br



Sistema de Ensino; quando rejeita seus nomes sociais no diário de classe; e quando não acolhe suas trajetórias de vida, subjetividades e particularidades. Chego no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, em fevereiro de 2023 e, poucos meses após essa chegada, mobilizada pelos relatos e ocorrências de transfobia no cotidiano escolar, desperto o olhar para outras necessidades formativas que entrecruzam as transidentidades, a formação docente e as experiências de estudantes transexuais e travestis no Ensino Médio baiano. Desse modo, as questões elencadas até aqui se cruzam com os pressupostos do eixo temático 7 do XIV Seminário Rede Estrado qual seja “Formação e trabalho de professores em perspectivas feministas, interseccional, de gênero e raça”.

Palavras-chave: Narrativa (auto)biográfica; Formação Docente; Estudantes Transexuais e Travestis.

Introdução

As narrativas compõem as nossas histórias de vida e nos fornecem meios para revisitarmos nossas experiências e provocarmos novas produções de sentidos e significados. Toda aprendizagem é experiencial, uma vez que a experiência humana é (auto) formadora. Desse modo, quando tomamos consciência de si e das aprendizagens experienciais ao longo da nossa vida, podemos, ao mesmo tempo protagonizar tanto o papel de sujeito social quanto de pesquisadora/investigadora da nossa própria história (Souza, 2006).

Assim sendo, neste trabalho (auto) biográfico,³ torno público o meu diário de classe a fim de refletir sobre a experiência (auto) formativa de ser professora de estudantes transexuais e travestis na escola pública baiana, a partir do trabalho docente no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, localizado na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz/BA, ciente de que é do interesse da pesquisa (auto) biográfica a singularidade do fato biográfico, os processos de formação de si, da subjetivação dos sujeitos, dos modos de ver-sentir-ser-viver no “meu” mundo, no mundo social e com o mundo dos outros.

No Brasil, segundo Souza, Sousa e Catani (2008) as últimas décadas do século XX são apontadas como propulsora do movimento biográfico relacionado à pesquisa educacional. Data desse momento o uso das biografias e (auto) biografias no desenvolvimento de pesquisas educacionais que consideram a vivência do corpo docente como central (Souza, 2017; Souza; Meireles, 2018). Até então, as nossas vidas, experiências (auto) formativas e o nosso tempo

³ Pesquisa desenvolvida no âmbito de pesquisa doutoral financiada pela agência de fomento CAPES.



de vida profissional não eram valorizados no processo de construção do conhecimento, pois não éramos reconhecidos/as enquanto sujeitos de saberes.

Nesse sentido, a abordagem (auto) biográfica é revolucionária na medida em que possibilita a nossa entrada no sistema de ensino e na produção do saber ao considerar que a pessoa professora tanto analisa quanto reconfigura sua prática docente e sua vida profissional.

Deste modo, as pesquisas narrativas (auto) biográficas em Educação têm apresentado importantes contribuições acerca do cotidiano e das relações escolares, das práticas pedagógicas e dos processos de ensinar-aprender, dando atenção às subjetividades e tomando a figura da pessoa professora como sujeito e ponto de partida de investigação, tendo em vista a percepção da vida-formação.

Nessa perspectiva, a partir do ato de narrar, reflito sobre minhas experiências formativas e meu tempo de vida profissional enquanto professora/servidora da Rede Estadual da Bahia. Quando fui admitida, por concurso público, para o cargo de professora de História na Secretaria Estadual de Educação (SEC), em janeiro de 2019, fui lotada para atuar em escolas do Território de Identidade do Sisal, sob responsabilidade do Núcleo Territorial de Educação (NTE) 04. Em fevereiro de 2023, transcorridos quatro anos de trabalho no “meu” Território de nascimento, identidade e pertencimento, pedi remoção. Afastei-me geograficamente das belezas e do calor do sertão em direção aos caminhos que me guiavam ao mar e ao Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, situado na cidade de Vera Cruz/BA, na Ilha de Itaparica.

Nesse ano letivo, em acordo com dados do Censo Escolar (Educacenso, 2023), essa unidade escolar contava com um corpo composto por 47 docentes e 1.403 estudantes distribuídos entre 45 turmas. Dentre esse quantitativo, registrava-se a presença de três estudantes transexuais e travestis. No ano de 2024, contudo, o número diminuiu: havia apenas duas pessoas trans matriculadas, sendo um estudante homem e uma mulher trans matriculado/a no turno matutino e vespertino, respectivamente.

Ser professora de estudantes transexuais e travestis na escola pública baiana tem sido conviver com um cotidiano complexo e, por vezes, perverso. No dia a dia do trabalho docente, fui identificando a negação das existências desses/as estudantes, seja por práticas pedagógicas colonizadas, seja pelo não acolhimento de suas trajetórias de vida, seja pela invisibilidade de suas identidades dentro e fora das salas de aula, especialmente diante do não cumprimento da Resolução nº 120/2013 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que dispõe sobre a adoção do nome social para estudantes travestis, transexuais e outras



pessoas que se identificam com um nome social diferente do registrado em documentos oficiais, em todas as formas de tratamentos e registros escolares em todo Sistema de Ensino do Estado da Bahia.

Nesse sentido, torno público o meu diário de classe: uma narrativa (auto) biográfica de uma professora de estudantes transexuais e travestis na escola pública baiana.

Metodologia

Cada história, qualquer experiência e toda narrativa são únicas e situadas em um espaço-tempo histórico; contudo a pesquisa narrativa (auto) biográfica interessa-se por relacionar o singular ao plural, ao articular as tramas sociais com o espaço da memória e da compreensão histórica. Assim sendo, abro meu diário de memórias, folheio as páginas do vivido, (re)vejo, (re)leio, (re)interpreto minhas vivências no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna com vistas a uma progressão reinventada pela ação da linguagem. Por meio do ato de rememorar, refletir, escolher o que e como narrar, tomo consciência do vivido ao ter a possibilidade de ressignificar a vida através da espreita consciente do passado. Segundo Passeggi:

Admite-se, como princípio, que as escritas de si, longe de comunicar o que já se sabe, constituem-se verdadeiros processos de descoberta. Essa dimensão heurística permite a quem escreve explicitar as experiências e transformar saberes implícitos em conhecimento (pesquisa). O narrador, ao redescobrir-se como ser aprendente, reinventa-se (formação). Nesse processo hermenêutico permanente de interpretação e reinterpretação dos fatos, o adulto reelabora o processo histórico de suas aprendizagens (ação) (2010, p. 107)

Ao escrever e me ver através da narrativa (auto) biográfica, torno-me ser-professora-aprendente. Ou seja, a pessoa escritora de si torna-se aprendente — e essa ocorrência provoca formação. Esse é o ciclo da aprendizagem biográfica (Souza; Cruz, 2017). Os estudos de Delory-Momberger (2012; 2016) asseguram que a biograficidade é justamente essa capacidade de reflexão, autorreflexão e aprendizagem formativa a partir da experiência de vida no tempo-espaço vivido. Sobre a importância do sujeito na condição de intérprete de si, a partir da sua própria rememoração no tempo-espaço vivido, Souza afirma que “[...] do ponto de vista gnosiológico, a hermenêutica fenomenológica busca compreender os sentidos de determinados fenômenos elaborados pelo sujeito, sendo que, nesses termos, a rememoração é



sempre reflexão e auto-reflexão” (Souza, 2007, p. 63). É essa leitura sobre si através do tempo e sobre o tempo narrado que potencializa a autoformação, pois o acontecido e a consciência do passado ajudam a compor a nossa própria existência uma vez que “o passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado” (Lowenthal, 1998, p. 64).

Nesse movimento de escrita (auto) biográfica e de momentos de autopoiese, tomo o diário de classe como inspiração para tecer essa narrativa, porque se trata de um documento escolar que registra o nome de cada estudante — ou, mais precisamente, tantas vezes omite a existência, o nome social e a identidade de estudantes transexuais e travestis na escola. A palavra “diário” é polissêmica; deste modo, pode ter mais de um significado e diferentes modos de uso e escrita. Quando empregada no sentido da produção de um diário íntimo, por exemplo, sua escrita é livre, sem rigor cronológico ou marco temporal. Nesse texto-diário, o que move a escrita são as inquietações decorrentes das experiências vividas entre os anos de 2023 e 2024, no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, enquanto professora de estudantes transexuais e travestis, em turmas de 2º ano, do Ensino Médio.

Para essa tessitura, conto com a seletividade da memória, tendo em vista que o ato de narrar experiências vividas parte da produção de uma escrita fragmentada, uma vez que a memória precisa descartar grande parte do que vivemos, pois “[...] somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos. ‘Uma importante condição para lembrar’ [...] ‘é nossa capacidade de esquecer’” (Lowenthal, 1998, p. 95).

O diário, habitualmente, é um tipo de escrita privada; contudo, mesmo sendo um registro íntimo, configura-se como uma escrita para o “outro”. Na perspectiva de Remi Hess (2006), mesmo que a leitura dos atos rememorados seja feita apenas por mim, a autora, há um hiato entre o momento do “eu” escritora e do “eu” leitora; ou seja, essa “eu” leitora é um “outro”, não é exatamente a mesma “eu” do momento que escrevo estes fragmentos da vida delimitados ao tempo-espço do vivido. Assim, o “eu” do presente, momento da escrita, e o “eu” do futuro, quando da leitura/releituras da intimidade desvelada, situam-se em perspectivas, temporalidade e ângulos distintos.

Esse distanciamento fomenta a alteridade e possibilita que “eu”, na condição de leitora, me observe como espectadora da minha própria experiência, ciente de que as experiências podem provocar mudanças na percepção de si. Desse modo, os saberes



acumulados pela experiência vão nos transformando — vem me transformando — enquanto ser-humano-professora em processo (auto) formativo.

Escrevo esse texto de, para e com estudantes transexuais e travestis, ao tomar como base suas vivências escolares; contudo, faz-se necessário registrar que a minha narrativa é a de uma pessoa cisgênero, mulher branca, heterossexual, professora e pesqui(cis)zadora, que tem refletido sobre a minha percepção de mundo face ao mundo dos “outros”, ao questionar o poder da manutenção dos mecanismos do “sistema moderno-colonial de gênero” (Lugones, 2020), que tantas vezes torna a escola, espaço reprodutor da padronização cisheteronormativa, cristã, racista, patriarcal, LGBTfóbica e transfóbica ao aprisionar corpos, narrativas e experiências diversas.

Meu diário de classe

Em conformidade com a compreensão de que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Bondía, 2002, p. 20), escrevo este diário de classe imersa no processo de (auto) investigação-reflexão-formação (Pineau, 2006), ciente de que essa experiência se entrelaça ao processo de vida-formação, do tornar-se e fazer-se professora.

O início do ano letivo 2023, no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, ocorreu em mais um ensolarado dia de verão na Bahia: uma segunda-feira, 27 de fevereiro. Esse dia também marcou minha chegada à referida unidade escolar, em decorrência do deferimento do meu pedido de remoção de uma escola localizada no Território de Identidade do Sertão, semanas antes. Eu, acostumada aos meus modos de viver sertaneja, estava ansiosa, pois, do ponto geográfico, essa era uma escola diferente: localizada à beira-mar, em uma ilha histórica — cenário de batalhas pela independência da Bahia e do Brasil —, tendo as águas salgadas como parte da logística do sistema de transporte e do trânsito entre continente/ilha — ilha/continente.

Neste dia, o pátio da escola estava colorido com bexigas e malhas decorativas. Conforme planejamento deliberado na jornada pedagógica, em um primeiro momento, a gestão e docentes conduziram a atividade de integração e acolhimento discente; posteriormente, seria fomentada a participação de estudantes egressos/as, veteranos/as e recém-matriculados/as nas atividades propostas. A programação estendeu-se aos três turnos, mas foi uma situação ocorrida no turno vespertino que despertou minha atenção. Quando



os/as estudantes foram convidados/as a compartilhar suas experiências na escola, uma estudante mulher trans levantou-se, elevou a voz e disse: “Agora eu vou falar. Eu me calei o ano passado diante de tudo que passei nessa escola, mas agora eu vou falar”. Então, ela relatou ocorrências de desavenças entre colegas, rejeição ao uso do seu nome social e falta de amparo por parte da escola diante de situações constrangedoras.

Nesse momento, senti que aquele pátio decorado com tantas bexigas e malhas coloridas parecia opaco. A estudante mulher trans, ao explorar suas memórias naquela escola, não tinha o que celebrar. Toda a sua narrativa foi atravessada pelo sofrimento de uma vivência imersa em uma conjuntura de exclusão e marginalização que culminou no seu afastamento — quer dizer, na sua expulsão — da escola em ano anterior (2022). Naquela unidade escolar, seu existir estava atrelado ao confronto de concepções da ordem da heterocisnormativa. Enquanto estudante mulher trans e negra, o seu corpo-território-político tensionava as relações entre as demais estudantes, as pessoas que ocupavam os espaços de poder na escola e os contratos da manutenção da governamentalidade cisgênera, isto é, o mecanismo de “[...] poder exercido entre sujeitos pactuantes de um tempo, de uma espisteme, de uma lógica de poder, de utilidades e táticas e estratégias de dominação sobre outros sujeitos a partir de um alinhamento entre os seus sexos e os seus gêneros” (York, 2023, p. 340).

Quando a estudante concluiu sua narrativa, ouviu-se um burburinho, mas não houve um momento subsequente para discutir as práticas transfóbicas relatadas ou para promover o acolhimento da estudante diante dos acontecimentos narrados. Após contar sobre sua experiência, não nos encontramos novamente. No esgotado processo da construção e reconstrução do quadro de horários, não fui programada para lecionar na turma em que a referida estudante estava matriculada. Contudo, a convivência com ela viria ocorrer no ano letivo subsequente (2024).

Na semana seguinte, quando de fato iniciei o trabalho em sala de aula, outro momento despertou minha atenção. Um estudante homem trans, do 2º ano vespertino, aproximou-se da minha mesa de trabalho e informou que a lista de frequência recebida pelos/as docentes estava errada. Pediu-me que não verbalizasse o nome grafado ao solicitar que eu fizesse a correção da escrita do seu nome. Informou-me ainda que estava realizando essa abordagem com todos/as professores/as, pois fora informado que o registro correto seria realizado quando da impressão das cadernetas, sem data marcada para ocorrer. Transcorridas algumas semanas, quando foram disponibilizados os diários de classe, verifiquei que o pronome registrado pela



Secretaria da escola ainda não correspondia ao nome social, à sua identidade, à assinatura biográfica com que o estudante homem trans se (auto) identificava e se apresentava no mundo.

A unidade avançou e, no momento das atividades avaliativas, a situação se repetiu: todas as listas de assinaturas disponibilizadas registravam o nome do registro civil, em vez da adoção do seu nome social, conforme dispõe o artigo 1º da Resolução nº 120/2013 quando assegura o emprego do nome social no tratamento e nos registros escolares de estudantes transexuais e travestis que desejem marcar suas identidades de gênero, de sexo ou de outro(s) aspecto(s) em qualquer instituição educacional das redes municipal, estadual, particular e também do nível superior na Bahia, sendo necessário apenas atentar para o quesito da maioridade civil. Deste modo, para menores de idade, a manifestação sobre a inclusão do nome social fica sob encargo da pessoa responsável pelo/a estudante, bastando formalizar o desejo via preenchimento de requerimento ou a apresentação da determinação judicial, conforme parágrafo 3º da Resolução nº 120/2013 (Bahia, 2013). No ano letivo de 2024, o estudante homem trans que não conseguiu assegurar seu nome social no diário de classe e outros documentos escolares pediu transferência. Não é possível afirmar que esse foi o fator determinante para sua mudança de unidade escolar; todavia, certamente, foi um fator significativo.

Ainda no transcorrer do ano letivo de 2024, no final da I unidade, fui reprogramada. Deste modo, passei a trabalhar em uma turma do 2º ano vespertino na qual uma das estudantes era aquela mulher trans que se pronunciara na programação da volta às aulas um ano antes, em 2023. Nessa turma, ao acessar o diário de classe, verifiquei, mais uma vez, que a documentação oficial escolar não atendia a Resolução nº 120/2013: seu prenome também estava grafado com o nome do registro em vez do emprego do seu nome social. Contudo, a estudante, em inúmeras ocasiões, esteve na Secretaria, buscou a gestão escolar e enfrentou a resistência da escola para assegurar o cumprimento da política de adoção do seu nome social e o seu direito de ser-viver-estar no mundo.

E eu, enquanto professora-mulher branca-cis, o que fazer? Eu tampouco representava as pessoas travestis e transexuais, negras e brancas, em minhas ações pedagógicas — e a escola também não. Uma sucessão de negações de existências. Então, comecei a questionar o vivido ao escutar e presenciar as ocorrências transfóbicas no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna. Apesar de centrar essa narrativa em torno da adoção (ou não adoção) do nome social nos documentos escolares, a questão é ampla e

complexa. No que concerne à construção da invisibilidade para com estudantes transexuais e travestis na educação básica, Megg Rayara afirma:

[...] não nos reconhecemos nas colegas de sala, no corpo docente e administrativo da escola; não estamos contempladas nos documentos oficiais (LDB, BNCC, PPP, ECA, etc.) que regulamentam a educação; não estamos presentes nos livros de literatura - infantil e infantojuvenil -, nas histórias em quadrinhos, nos brinquedos e brincadeiras, nos livros didáticos, nas capas dos cadernos e agendas, nas atividades pedagógicas, nos murais e painéis que decoram as paredes da escola... Quando o silêncio a respeito de nossas existências é quebrado, geralmente é na forma de xingamentos ou comentários com a intenção deliberada de nos reduzir, por se acreditar que a travestilidade, a transexualidade, assim como a negritude, seja um defeito, associada a comportamentos imorais, violentos, perigosos, doentios... (2018, p. 166-167).

Quando a primeira travesti preta doutora do Brasil, Megg Rayara de Oliveira, fala da quebra desse silêncio por meio das ocorrências de violência, rememoro o desabafo da estudante mulher trans quando da minha chegada no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna. Nesse sentido, ao ponderar sobre minha trajetória formativa no espaço acadêmico, face às tramas que envolvem a negação da existência de pessoas travestis e transexuais nos espaços de produção do saber formal, é necessário salientar a força dos pactos contratuais entre a cisgeneridade e branquidade para manutenção e perpetuação do poder entre e para o homem branco, cisgênero e heterossexual tido como padrão de humanidade (Oliveira, 2018). Megg Rayara afirma que as pessoas travestis e transexuais, negras e brancas, ordinariamente não têm o reconhecimento de suas identidades e tampouco são representadas nas ações pedagógicas dos/das professores/as da educação básico ao ensino superior. Nesse sentido, “[...]seguimos invisíveis [...] e quando identificadas, somos tratadas como uma incômoda presença a desestabilizar uma estrutura [que não pode ser questionada] pensada por e para pessoas cisgêneras brancas heterossexuais” (Oliveira, 2018, p. 174).

Diante desse panorama que lugar eu, enquanto professora de estudantes transexuais e travestis, destinava aos saberes e epistemologias trans em minha prática pedagógica? Eu, que já me identificava como uma mulher-professora-feminista, comecei a revisitar as autoras que escolhi para me formar feminista: todas pessoas cisgêneras. Tinha leituras sobre o poder da perspectiva feminista que problematiza se uma mulher negra não seria uma mulher (hooks, 2020); das lutas do feminismo negro afro-latino-americano e interseccional, tomava Lélia



Gonzalez (2018) como referência; na discussão sobre o feminismo anticapitalista, seguia com as leituras de Silvia Federici (2017) e Nancy Fraser (2019). Estava aprendendo que nem todo movimento de mulheres busca a emancipação de todas as mulheres e que o feminismo deve estar entrelaçado aos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidades como atenta Ângela Davis (2016). Mas, e as mulheres trans — também não são mulheres? Recorro ao questionamento de Megg Rayara de Oliveira ao prefaciá-lo livro “Tranfeminismo” de Letícia Nascimento (2021) ao indagar: “o feminino só pode habitar em corpos brancos com vaginas?”

Como acolher e integrar estudantes transexuais e travestis sem abarcar as experiências, os saberes produzidos e vividos pelas pessoas não cisgêneras? Até então, eu não estava atenta aos seus saberes, a outras feminilidades, ao transfeminismo e aos atravessamentos experimentados pelas mulheres transexuais e travestis, conforme percepção de Letícia Nascimento (2021). Foi a partir das vivências no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna que despertei para essa outra necessidade formativa, pelo estudo das epistemologias trans* com Letícia Nascimento (2021); Sara Wagner York/ Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior; Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020). É nesse sentido que me percebo como ser-mulher-professora aprendente sobre meu eu, sobre os outros e sobre a possibilidade de reconstrução de outros quotidianos escolares e pedagógicos. Essas vivências desveladas através dos fios da minha memória constituem minhas narrativas de (auto) formação e esse tipo de abordagem, segundo Souza “[...] constitui estratégia adequada e fértil para ampliar a compreensão do mundo escolar e de práticas culturais do cotidiano dos sujeitos em processo de formação” (2006a, p. 26).

Nesse sentido, considerando a perspectiva formativa da pesquisa (auto) biográfica, entendo que ao longo da nossa vida profissional, os saberes e as formas de adquirir saber vão se modificando. Deste modo, narrar e me vê através da escrita desse diário implica em perceber o quanto tenho aprendido com as experiências formativas na escola e o quanto ser professora de estudantes transexuais e travestis tem implicado uma dimensão transformadora. Essa experiência-formativa também mudou a direção do meu olhar enquanto pesqui(cis)zadora, à medida que culminou na redefinição do problema, do objeto e do cenário que seria investigado em trabalho de pós-graduação (o ingresso na pós ocorreu no ano de 2022, portanto, antes da remoção do sertão para o litoral).

Quando cheguei à escola, em fevereiro de 2023, eu estava avançado para a fase final do processo formativo na Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação



de Educadoras(es) do Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (CEGRES/Diadorim), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Naquele momento, eu me preparava para realizar o trabalho de conclusão de curso, tendo como sujeito de pesquisa o corpo docente do Colégio Estadual José Leitão, situado na cidade de Santa Luz, onde estava lotada antes da remoção para Ilha. Contudo, diante das vivências no Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna, entre julho e agosto — ou seja, aproximadamente cinco meses após minha chegada à escola — escolhi mudar o objeto, o cenário e os sujeitos investigados para a produção do trabalho da pós-graduação no Diadorim/ UNEB. Após essa mudança de caminhos, escrevi o trabalho intitulado “Entre ilhas, travessias e transfobias: reflexões sobre o uso do nome social de alunas(os) transexuais e travestis em escola da rede estadual da Bahia”.

A (auto) formação adquirida com essas experiências na docência no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna me mobilizou a continuar buscando outras formações. Assim, foi provocada por essas experiências formativas que eu cheguei ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, com o objetivo de pesquisar as experiências e as narrativas (auto) biográficas de estudantes transexuais e travestis matriculados/as na etapa ensino médio em escolas estaduais da Bahia.

Algumas considerações

Concluo a escrita deste texto de cunho (auto) biográfico buscando atribuir sentidos outros às minhas primeiras experiências enquanto professora de estudantes transexuais e travestis, a partir da minha vivência no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant’Anna. Por meio da feitura desse texto-diário, acesso a minha subjetividade, revisito minhas memórias e reflito o quanto as minhas experiências como professora-aprendente, em início de carreira profissional, têm auxiliado o meu próprio percurso (auto) formativo ao desvelar saberes e outras necessidades formativas. Nesse sentido, ressalto a importância da abordagem (auto) biográfica para acessar a minha (a nossa) experiência (auto) formativa e fomentar o repensar da minha própria prática enquanto professora e enquanto gente, ser-mulher-aprendente.

Referências



ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 120, de 05 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Estado, 2013. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_120_2013_e_Indicacao.pdf. Acesso em: 24 de ago. 2014

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** Jan/Fev/Mar/Abr, 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 133–147, 2016. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n1.p133-147. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/rbpab/article/view/2526> Acesso em: 4 ago. 2025.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagem metodológica na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, 523-740, set./dez. 2012.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Organização de Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Diáspora Africana Ed., 2018. p. 190-214.

HESS, Remi. Momento do diário e diários dos momentos. In.: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p.89-103.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51-81.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 1, 2023. <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-9>.



PASSEGGI, Maria Conceição. **Narrar é humano**: autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI, Maria Conceição; SILVA, Vivian Batista da. *Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

PINEAU, G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p.329-343, maio/ago.2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/vBbLxwHQHLFnfrS48HYbhxw/> Acesso em: 22 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200009>.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.) **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 59-74.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In.: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p.135-147.

SOUZA, Elizeu Clementino de; CRUZ, Núbia da Silva. Pesquisa (auto)biográfica: sentidos e implicações para o campo educacional. In: AMADO, Jorge; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro [Org.]. **Referenciais teóricos e metodológicos de investigação em educação e ciências sociais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. p.167-194.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 39, p. 282-303, 2018.

SOUZA, Elizeu Clementino. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39. jan./abr, 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino de; Sousa, Cynthia Pereira de; Catani, Denice Barbara. “A pesquisa (auto)biográfica e a invenção de si”. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 29, p. 31-42, jan./jun. 2008.

YORK, Sara Wagner. Entrevista: Uma travesti da/na educação: Entrevista com Sara Wagner York. **Revista Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 36, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69874/36275>. Acesso em: 26 out. 2025.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n75614. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614>. Acesso em: 27 set. 2025.